

**MUNICÍPIO DO SEIXAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**



**ATA N.º 05**

**Reunião ordinária realizada a  
onze de março de dois mil e vinte**

**SEIXAL**

**- ORIGINAL -**



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

mt

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL**  
**REALIZADA A 11 DE MARÇO DE 2020**

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte realizou-se pelas 15.15 horas, no Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, uma Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal.

Presidiu e dirigiu a Reunião o Senhor Presidente da Câmara Joaquim Cesário Cardador dos Santos, e na mesma participaram os Senhores Vereadores, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Maria Manuela Palmeiro Calado, José Carlos Marques Gomes, Maria João Varela Macau, Eduardo Manuel Rodrigues, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Marco Paulo Teles Gonçalves Fernandes, Nuno Miguel Moreira, Manuel Pires de Andrade Pereira e Francisco Miguel Correia Morais Morais.

Secretariou a Reunião, o Técnico Superior, João Manuel de Sousa Coutinho, no uso das suas competências, designado pelo despacho nº 2309-PCM/2017, de 23 de outubro de 2017, e, nos termos da lei aplicável.

**I – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, deu início à reunião municipal, após cumprimentar em nome do executivo todos os vereadores presentes, população presente e comunicação social. Começou com o período para intervenção e esclarecimento da população. O senhor Bruno Miguel Ferreira de Oliveira, João Albino Santana Braz, Predial Antunes Ferreira II Construções Lda. (Carlos Ferreira), João Lucas Dias Moreno, Maria Rosa Abelho Moreno, Sónia Cristina Vasques Simões, Alice Maria Vasques Simões Gomes, Joaquim Pinheiro Ramos, está ali boa tarde se faz favor.

**O Senhor José António Carvalho Fernandes**, cumprimentou todos os presentes mencionou três questões referentes com os arranjos dos pavimentos na Quinta do Secundino, que já tinham começado, a outra questão foi sobre uma vala a céu aberto na Rua do Cantarrilho, onde o mau cheiro e mosquitos são constantes bem, e ainda referiu sobre a falta de segurança de uma via nos Foros de Amora. Solicitou o aumento da intervenção das autoridades no local, na continuação do programa de policiamento de proximidade, para que as autoridades não entrem lá apenas quando há problemas.

**O Senhor Adiler Pereira Moreno**, cumprimentou o executivo e solicitou informações sobre o que estavam a pensar fazer em relação à situação que as pessoas vivem no bairro de lata de Santa Marta de Corroios. É preciso que este executivo olhe para as pessoas como cidadãos, porque neste momento estão praticamente ao abandono, ninguém quer saber deles, e solicitou que podiam intervir mais ao nível da limpeza, e promover uma comissão interna para avaliar a situação dos jovens que ali vivem.

**O Senhor Carlos Rodrigues Vieira**, questionou o executivo sobre a denúncia da deposição de material reciclável em aterro, que explicou o facto de ter assistido a camiões descarregarem na célula B do aterro municipal a toneladas de papel e cartão, e matéria limpa como cadeiras de plástico ou tubagens de plástico, e isto impressionou-o um bocado, porque pedem às pessoas para reciclar e a própria Amarsul não aproveita estes materiais.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, após as questões colocadas deu a palavra aos vereadores dos pelouros respetivos para as esclarecer.

**O Senhor Vereador José Carlos Gomes**, em relação às questões levantadas pelo senhor José Fernandes no que diz respeito à pavimentação na rua Cantarrilho em Foros de Amora, disse que o trabalho de abertura de caixa para pavimentação na rua iniciou-se a 7 de março. Este trabalho deverá



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

ant

ser efetuado durante oito dias e posteriormente passar-se-á à pavimentação. No que diz respeito à segunda situação, sobre sinalização, o problema esta está identificado pela Câmara Municipal, vamos brevemente sinalizar verticalmente o sinal de passagem de estreitamento de via, depois dentro do âmbito do plano de pavimentações existente para as freguesias, nomeadamente na freguesia de Amora, vamos proceder à pavimentação de algumas ruas e à sinalização vertical.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, boa tarde a todos, obrigado Senhor Presidente, primeiro o senhor José Fernandes, colocou questões as quais o senhor vereador José Carlos Gomes já respondeu. Em relação à questão da vala, adiantou que a informação que tem dos serviços é que essa vala não seria para tapar, portanto é uma linha de água que tem a ver com o emissário do Vale da Loba e portanto não era intenção tapar, de qualquer forma se pudesse depois esclarecer esse assunto, para que fosse possível um melhor enquadramento. Relativamente às questões que o senhor Carlos Vieira colocou, portanto duas ou três notas, primeiro as hortas urbanas, deu nota do desenvolvimento dos três ou quatro projetos que estão em curso e portanto só concluídos esses é que será possível avançar para outros. Esclareceu que no momento tiveram início as obras no alto do Moinho em Corroios, portanto para hortas urbanas componente social, componente recreativa e ainda componente associativa pedagógica, porque a escola está ali ao lado e portanto essa área também está agregada neste projeto. Estamos a trabalhar mais duas situações, uma na Quinta da Princesa onde existe um conjunto de hortas com práticas menos boas, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da saúde pública e portanto queríamos contribuir para eliminar essas situações e estamos a trabalhar nesse projeto, não só ordenando o espaço, mas também criando condições de abastecimento de água. E estamos a trabalhar também nas hortas numa zona na Amora, propriedade municipal e que tem hortas há muitos anos, mas completamente desorganizadas com utilizações até abusivas. Deu nota que o pretendido é fazer um reordenamento daquele território e uma distribuição dos espaços de acordo com aquilo que são as boas práticas para este tipo de equipamentos e para além disso, está-se a trabalhar em Paio Pires numa criação de espaço de hortas para poder instalar alguns hortelãos que estão em terrenos que consideramos menos apropriados e portanto, fazendo esse esforço em criar melhores condições e dar uma melhor resposta. Em relação aos monos e à célula B que aqui nos trouxe, disse que a primeira questão é que se tinha contentores verdes, não, de todo a Câmara Municipal do Seixal, tem uma prática relativamente aos contentores inutilizados que é entregar na fábrica e eles são reaproveitados para produção de novos contentores, portanto há um protocolo com a empresa que fabrica estes equipamentos. Mas nessa célula são depositados plásticos e também papelões, por vezes o papel é contaminado e portanto esse papel já não pode ser reaproveitado. Adiantou que neste momento desconhece a prática corrente do procedimento, mas disponibilizou-se para se inteirar da situação.

**A Senhora Vereadora Manuela Calado**, obrigada Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes, em resposta ao senhor Moreno sobre Santa Marta do Pinhal, disse que temos desenvolvido um trabalho de parceria com a Santa Casa da Misericórdia, que tem um centro comunitário que trabalha com toda aquela população, quer seja com os jovens, mas também com as pessoas adultas e presta alguns esclarecimentos e apoio e portanto nós enquanto Câmara, trabalhamos em parceria com eles para encontrar soluções, para apoiar os jovens que ali residem. Sobre o realojamento, estamos na fase de realojamento de Vale de Chicharos e posteriormente iremos desenvolver um plano para o realojamento de Santa Marta do Pinhal. Dizer que a criação de uma comissão de moradores seria muito importante para termos um interlocutor com quem pudessemos comunicar, porque estou recordada que nos anos 90, 2000 havia uma comissão de moradores e era muito ativa e que conseguiu em parceria com a Câmara resolver algumas das questões. Julga que seria muito importante a constituição de uma nova comissão de moradores. De qualquer forma esclareceu que o caminho está a ser realizado.

**O Senhor José António Carvalho Fernandes**, talvez me tenha exprimido mal, não é esgoto, é uma linha de água que também passa a ser esgoto, porque descarregam em certas situações a montante e que chega ali com um mau cheiro e muitos mosquitos e não é vala. Disse que se exprimiu mal.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

Naquele local ao lado é mais fundo, ficando retida a água, aliás já esteve lá um técnico da câmara que analisou e que disse que tinha que ser tapado. Eventualmente iria propor uma zona de um metro e meio, o máximo por um e vinte e um e quarenta de largura, onde fica retida a água e onde fica retida areias e depois a montante e a jusante está tapado e depois entra em linha de água aberta e é só naquela zona, é mesmo junto ao lote 29.

**O Senhor Adiler Pereira Moreno**, disse que existe uma associação pelo menos dizem que existe, eu estive ontem na casa branca é como lhe chamam que trabalha juntamente com a Santa Casa da Misericórdia, pensa que existe uma associação, mas pensa que não funciona. Solicitou ajuda para resolver estas questões.

### II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

• **Tomada de posição:** Seixal tem direito à saúde. Mais um prazo por cumprir no processo do Hospital

#### TOMADA DE POSIÇÃO

##### **Seixal tem direito à saúde. Mais um prazo por cumprir no processo do Hospital.**

A história faz-se de factos e por vezes é mesmo muito importante contar os dias, os meses e os anos de cada processo que nos propomos desenvolver em qualquer setor da nossa vida. Importa identificar atrasos, indecisões e recuos. Importa conhecer os protagonistas e as ações e importa especialmente não desistir das convicções que nos impelem a avançar no sentido de mais e melhor serviço público, em especial em áreas fundamentais para a população como a saúde.

Teríamos de recuar quase duas décadas para recordar o início da reivindicação da população e autarcas da Região de Setúbal pela construção de um hospital no Seixal que servisse a população do Concelho, bem como a de Sesimbra e a de Almada por forma a garantir uma menor afluência ao Hospital Garcia de Orta, hospital que já na altura servia um número de utentes muito superior aquele para o qual tinha sido projetado e, que hoje, se encontra em rutura, sem capacidade de resposta.

A esta reivindicação vieram juntar-se estudos independentes que fundamentaram e provaram a necessidade da construção do Hospital no Seixal, identificando as mais valias deste investimento e alguns anos depois, em 2009, a Câmara Municipal do Seixal finalmente conseguia assinar um Acordo Estratégico com o então Ministério da Saúde para a construção do Hospital.

Com o Governo PSD/CDS-PP o processo do Hospital foi suspenso, referindo-se que a avaliação desta e de outras situações semelhantes seria objeto de estudo no âmbito do processo de reorganização da rede hospitalar.

Não obstante, a nível local todos os partidos políticos assumiram posições a favor da construção do Hospital no concelho do Seixal e a população, as comissões de utentes e as autarquias nunca deixaram de lutar por esta justa e essencial necessidade.

Com persistência e resiliência e após um abaixo assinado com mais de 8 mil assinaturas, foi possível ver aprovada, em dezembro de 2015, uma resolução da Assembleia da República no sentido da construção deste equipamento e que no Orçamento de Estado para 2017 fosse inscrita uma verba de 10 milhões de euros para relançar o projeto e o concurso, tendo sido inclusivamente noticiado o seu arranque em julho de 2017.

De destacar igualmente a campanha “Um voto pelo Hospital no Seixal” que decorreu de 2015 a 2017 e que reuniu cerca de 39 mil votos pelo Hospital que foram entregues ao então Senhor Ministro Adalberto Campos Ferreira.

Tal não se verificou e só em junho de 2018, com a assinatura de uma Adenda ao Acordo inicial, onde a Câmara Municipal do Seixal assumiu ainda maior responsabilidade na construção do Hospital, foi possível lançar novo concurso.

Aqui chegados e com uma história de quase 20 anos, repleta de atrasos e recuos, importa fazer o ponto de situação: o concurso para o projeto foi lançado, foram apresentadas quatro propostas que o



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

júri teria de avaliar nos 180 dias úteis que se seguirem ao final do prazo de entrega de propostas e na verdade tal não aconteceu.

Com efeito o júri foi obrigado a prorrogar o prazo de manutenção das propostas a concurso por mais 60 dias úteis porque uma das entidades intervenientes, a Administração Central do Sistema de Saúde I.P. (ACSS) não concluiu em tempo útil a análise das propostas no domínio da arquitetura. Assim, e em teoria, a conclusão da análise das propostas a concurso estará concluída na melhor das hipóteses só a 30 de abril de 2020.

Ora se como já referido anteriormente um dos pilares de um Estado de Direito Democrático, Soberano e Desenvolvido é a forma como garante os direitos, liberdades e garantias da sua população e o acesso a direitos fundamentais como a saúde, a habitação, o trabalho, a justiça e a educação, entre outros, devem ser garantidos pelo Estado, a pergunta que se impõe é como é possível mais este atraso?

Não é este um processo essencial e prioritário? Não deveria tratar-se de um concurso que mereceria toda a atenção e cuidado? Como se explica que seja exatamente uma entidade da área da saúde que não consegue cumprir?

Isso mesmo colocámos à Senhora Ministra da Saúde a propósito deste novo atraso, por ofício, solicitando a sua melhor intervenção no sentido de garantir a resposta atempada da ACSS e se possível até sem esgotar o novo prazo.

Infelizmente tínhamos razão quando, a 23 de outubro de 2019, a propósito de uma tomada de posição sobre esta matéria dizíamos que era *“essencial voltar a colocar este assunto na ordem do dia, recordando ao novo Governo e em particular ao Senhor Primeiro-Ministro já indigitado, que este processo não pode parar, que se trata de um investimento fundamentado, equilibrado e de futuro”*.

Pelo acima exposto, a Câmara Municipal do Seixal, reunida a 11 de março de 2020:

1. Lamenta este novo atraso que compromete a celeridade do processo do Hospital no Seixal;
2. Reafirma a necessidade urgente de construção do Hospital no concelho do Seixal;
3. Saúda a população e as comissões de utentes por continuarem a lutar no sentido da concretização desta justa reivindicação e afirma total disponibilidade para se associar a novas ações de sensibilização e pressão em torno desta causa;
4. Exorta de novo o Governo a tratar esta matéria de forma urgente e prioritária, nesta fase dando particular atenção ao cumprimento dos prazos por parte das entidades da administração central no âmbito do concurso público a decorrer, tudo fazendo para que o mesmo seja o mais célere possível.

**A tomada de posição foi subscrita por unanimidade.**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, passou para o período de antes da ordem do dia. Antes de dar início a essa fase da reunião adiantou que com a questão relacionada com o novo Corona Vírus, COVID-19 as medidas que o Município está a tomar. Esclareceu que temos vindo a acompanhar esta matéria, nomeadamente sobre as competências que temos em matéria de Proteção Civil, somos autoridade de Proteção Civil Municipal, mas claramente que o Município aguarda as indicações das autoridades de Saúde. Na segunda-feira aprovámos o Plano de Contingência Interno que prevê um conjunto de medidas na fase onde estamos, que é a fase de monitorização e também dizer ao nível de informação que dispõe e que foi emitida pela Direção-Geral de Saúde no Distrito de Setúbal, mesmo estando neste momento 59 pessoas confirmadas a nível nacional, o distrito de Setúbal não regista nenhuma confirmação de pessoa infetada com o COVID 19. Adiantou estar-se numa fase de monitorização para preparação para a fase posterior.

Deu nota que foram já tomados alguns procedimentos como aqueles que constam do nosso planeamento interno, sendo que para a população, são aqueles que têm sido difundidos através dos meios de comunicação social e através também do próprio Município.



mt

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

Sobre a concentração de pessoas o que é referido, é que só nos municípios onde estão identificados casos confirmados do Corona Vírus é que existem restrições para a realização de eventos até 150 pessoas ou menos de 150 pessoas em recintos fechados. Neste momento não é o caso do Concelho do Seixal, e por isso da nossa parte não temos até agora nenhuma indicação para anular qualquer iniciativa ou adiar qualquer iniciativa. Amanhã de manhã irão reunir, com as autoridades de saúde e outras entidades no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil para analisar em parceria não só a presente fase, mas também os procedimentos a desenvolver para o que estiver para acontecer. Disse que da parte do Município estamos a tomar todas as medidas para que a Câmara Municipal possa também contribuir para ser um agente que minimize o eventual alastramento desta doença e consigamos de facto preservar aquilo que é a saúde pública no Município do Seixal. Temos hoje uma tomada de posição relacionada com a saúde que é intitulada "Seixal tem direito à saúde".

**A Senhora Vereadora Manuela Calado**, obrigada Senhor Presidente, então face aquilo que foi agora referido e quem acompanha as questões do hospital há já alguns anos a esta parte, está recordado que a reivindicação para a construção do hospital no Seixal que servisse a população do concelho, mas também do concelho vizinho Sesimbra e atenua-se de certo modo o Hospital Garcia de Orta, já tem mais de duas décadas de reivindicação e começou a ser uma necessidade logo no dia a seguir à inauguração do próprio Hospital Garcia de Orta, como se está a constatar não reúne as condições suficientes ou não dá resposta suficiente para o número de população que constitui quer o concelho do Seixal quer de Sesimbra e que também o próprio município de Almada e portanto há mais de 20 anos que é uma necessidade para o concelho e uma reivindicação. E essa reivindicação depois veio a ser também mais fundamentado também nos anos seguintes com um conjunto de estudos independentes que reafirmavam a necessidade deste investimento no concelho do Seixal. Os Governos PSD/CDS-PP vieram suspender o processo da sua construção, referindo-se que a avaliação desta e de outras situações semelhantes seriam posteriormente objeto de estudo no âmbito do processo de reorganização da rede hospitalar. Portanto estamos a falar já de alguns 10 anos a esta parte. Não obstante aquilo que foi na altura uma decisão política má, todos os partidos políticos assumiram em sede da Assembleia da República posições a favor da construção do Hospital no concelho do Seixal em parceria também com a luta que já vinha sendo feita pela população, pelas comissões de utentes e também pelas autarquias destes três municípios, mas que em sede de Assembleia da República a posição que tomavam nos seus municípios não foi consensual. E portanto o Hospital teve a sua paragem e contudo as populações, as comissões de utentes, a plataforma pela construção do Hospital que reúne um conjunto de entidades e de pessoas, portanto continuou na senda da sua defesa com um conjunto de iniciativas desde da marcha, desde do cordão se estão recordados o cordão à volta da Baía desde do abaixo assinado também que entre 2015 e 2017 e assim como também foi feito, assim como "Um voto pelo Hospital no Seixal" que decorreu no período entre 2015 a 2017 e que reuniu cerca de 39 mil votos pelo Hospital que foram momentos de grande campanha de grande luta, de grande reivindicação quer no nosso concelho, mas também quer nos concelhos vizinhos. Nessa altura já era Ministro da Saúde, o Dr. Adalberto Campos Ferreira e que esses 39 mil votos lhes foi entregue numa sessão de reivindicativa pela construção do Hospital. Em junho de 2018, com a assinatura de uma Adenda ao Acordo inicial, onde a Câmara Municipal do Seixal assumiu ainda maior responsabilidade na construção do Hospital, foi possível lançar novo concurso. Passados 20 anos, em que houve avanços mas muitos mais recuos, importa também fazer o ponto de situação. O que aconteceu é que o concurso para o projeto foi lançado, onde foram apresentadas quatro propostas em que o júri teria de avaliar num período de 180 dias que se seguiram ao final do prazo de entrega de propostas e na verdade tal não aconteceu. Isto porquê? Porque houve um dos elementos do júri uma entidade da Administração Central que simplesmente não cumpriu com o prazo e o que aconteceu é que fim dos 180 dias teve que ser prorrogado por mais 60 ou seja em vez de estarmos neste momento já com adjudicação do processo estamos ainda na fase de avaliação, e portanto isto vai ser prorrogado até ao final de abril e vamos ver se não terá novos episódios e novos adiamentos. A questão que se coloca é será que o Hospital no concelho do Seixal não é uma prioridade? Será que este equipamento não vai resolver o funcionamento ou ajudar ou a melhorar o funcionamento do Hospital Garcia de Orta? Ou será que a população do concelho do



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

mt

0

Seixal não tem direito a melhores condições de saúde? E portanto face aquilo que foi colocado esta tomada de posição como já foi referido Seixal tem direito à saúde, vem na senda da reivindicação da construção do Hospital, mas também no melhoramento dos nossos equipamentos de saúde como seja a construção do Centro de Saúde de Foros de Amora e de Aldeia de Paio Pires e também melhorar o atendimento público dos outros centros de saúde aqui do nosso concelho para dar uma melhor resposta face também a todas estas questões que têm sido levantadas, agora estamos no processo do Corona Vírus, mas também tivemos outros episódios não menos importantes em que a população do concelho do Seixal fica muito reduzida naquilo que são os cuidados de saúde. E por isso em reunião que tivemos com a Senhora Ministra da Saúde a propósito deste novo atraso, por ofício, solicitando a sua melhor intervenção no sentido de garantir a resposta atempada da ACSS e se possível até sem esgotar o novo prazo. E no dia 23 de outubro de 2019, a propósito também de uma tomada de posição sobre esta matéria dizíamos que era *"essencial voltar a colocar este assunto na ordem do dia, recordando ao novo Governo e em particular ao Senhor Primeiro-Ministro já indigitado, que este processo não pode parar, que se trata de um investimento fundamentado, equilibrado e de futuro"*. E sendo assim à data de hoje reunida a Câmara Municipal do Seixal, Lamenta este novo atraso que compromete a celeridade do processo do Hospital no Seixal; Reafirma a necessidade urgente de construção do Hospital no concelho do Seixal; Saúda a população e as comissões de utentes por continuarem a lutar no sentido da concretização desta justa reivindicação e afirma total disponibilidade para se associar as novas ações de sensibilização e pressão em torno desta causa. Exorta de novo o Governo a tratar esta matéria de forma urgente e prioritária, nesta fase dando particular atenção ao cumprimento dos prazos por parte das entidades da administração central no âmbito do concurso público a decorrer, tudo fazendo para que o mesmo seja o mais célere possível e que a construção do Hospital no Seixal seja uma realidade e que não continue a estar em papel, mas que sim que se veja no terreno o seu início e portanto esta tomada de posição vem nesse sentido de reforçar mais uma vez junto do Governo a necessidade da construção do Hospital no Seixal e dizer que a luta quer da comissão de utentes, mas também quer da população do concelho só terá o seu termino quando o hospital for uma realidade ou seja quando nós tivermos no terreno e ver o seu inicio, disse Senhor Presidente.

**O Senhor Vereador Marco Teles Fernandes**, muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes, já percebi que para o Partido Comunista Português é muito mais importante tratar do que prevenir, pela sua intervenção inicial rapidamente percebi isso. Para si a eventual pandemia atrevo-mo mesmo a dizer, que já é uma pandemia do COVID-19, não interessa que esteja na fase de monitorização. Na fase de monitorização segundo aquilo que tem vindo a lume e se parece confirmar, a propagação do vírus ou incubação será 14 dias, nessa sua fase de monitorização, podemos estar todos infetados. Depois temos 1600 funcionários da Câmara Municipal do Seixal em casa em quarentena, isto impõe-se e o Senhor Presidente devia de estar mais atento, porque estamos perante um vírus que a maioria dos especialistas desconhecem o seu comportamento. Desconhecem como se propaga, se é a dois metros ou de quatro metros e meio, cinco metros. O que leva a que o sistema de saúde não esteja preparado para este tipo de doença originada pelo vírus e que leva a que estejam pelo mundo inteiro a morrer pessoas, porque não há ventiladores nos hospitais, ninguém estava preparado para isto. Já devíamos estar numa fase de contenção, não de monitorização para ver se conseguimos sustentar a propagação do vírus, é esse o objetivo, porque a China onde os primeiros episódios se verificaram já está numa fase estacionaria, onde tem sido apresentados casos novos e na Europa continuam a crescer por todo o lado, e por isso creio que devemos de ir mais longe, não só monitorizar, há espera que apareça alguém doente, quando aparecer alguém doente o primeiro caso identificado já toda a gente estará doente e a disseminação, a transmissão individual e a propagação já será muito maior.

Disse que o Governo já implementou medidas especiais e até para o fecho das escolas para colocar as empresas e os trabalhadores das empresas em lay-off, vem aqui o PCP isto é ataque aos trabalhadores, meus caros isto é saúde pública, ataque aos trabalhadores. Se as pessoas vão em lay-off para proteger toda a gente é um ataque aos trabalhadores. Adiantou que passam a vida com o mundo virado ao contrário e não conseguem sair deste ritmo, misturam os direitos daquilo que são



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

fundamentais, o direito ao trabalho, o direito à prestação remuneratória, entendem-se elementar e os senhores acham que é um ataque aos trabalhadores, à Segurança Social, desculpem lá estamos a falar aqui de coisas muito sérias. Isto é uma coisa muito séria o COVID é uma coisa muito séria, vai continuar a alastrar-se e nós vamos ficar aqui na fase de monitorização a chorarmos pelo hospital do Seixal.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que não reconhece ao senhor vereador Marco Fernandes que seja especialista em COVID-19 ou outra qualquer matéria infecciosa na área da saúde, depois não o ouviu dizer que não está preocupado com este assunto tão sério. Aliás o motivo da preocupação do Município é exatamente de já termos aprovado um plano de contingência interno, e termos convocado um conselho Municipal de Proteção Civil extraordinário para o dia de amanhã. Agora o que de facto nós não podemos é determinar as orientações que vêm das autoridades de saúde. Não compete ao Município desenvolver qualquer medida que não seja aquela que seja emanada pelas respetivas autoridades. E não lhe parece bem-estar a utilizar esta pandemia ou esta doença como arma de arremesso político. A Direção Geral de Saúde tem uma tutela que recordou ser do Partido Socialista que é o partido pelo qual o senhor foi eleito e tem uma Ministra da Saúde que é quem dirige este serviço. Depois sobre o hospital do Seixal, de facto apesar de concordar com os princípios e aquilo que foi o teor ou o motivo desta tomada de posição, de facto ela vem reforçar esta ideia que existe de que o Governo diz que é muito importante o hospital do Seixal, mas falha consecutivamente todos os prazos. Inclusive, este prazo, que era termos a adjudicação do projeto que no limite seria em janeiro ou fevereiro, já foi adiado para abril ou para maio ou eventualmente para junho, o que para nós é incompreensível, quando esperávamos que essa decisão fosse tomada em junho do ano passado, em junho de 2019. Por isso e porque estamos a falar de um órgão político, o hospital é da nossa avaliação uma das principais necessidades da população, naturalmente do ponto de vista político temos que assinalar não só aquilo que corresponderá ao preenchimento das necessidades da população, como também alertar a população para quem está a incumprir. E de facto aqui não temos nenhuma dúvida de que um organismo do Estado esteve muitíssimo mal. Referiu também que é responsável quem coordena o júri, que é a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que mais uma vez mostrou inercia, e displicência relativamente a uma matéria tão importante para o conselho. Responsabilidades políticas são claramente de quem dirige estes organismos e de quem dirige o Ministério da Saúde, neste caso do Governo do Partido Socialista. Deu nota que esta posição foi transmitida através de dois ofícios dirigidos um à Senhora Ministra da Saúde e outro para a Senhora Presidente do Conselho Diretivo da ACSS que foi a entidade do Estado que não cumpriu com o prazo. Portanto para dizer que de facto, pensa que o Partido Socialista muito bem reprova a tomada de posição, mas demonstra que não está ao lado da população, está ao lado do governo, prefere estar alinhado com o partido, em vez de estar alinhado com a população, é uma posição legítima mas quanto a nós, reflete aquilo que é uma visão estritamente partidária da vida política, e não uma visão que deve ser a de quem é representante e eleito por um partido, mas representa a população.

**O Senhor Vereador Francisco Morais**, Senhor Presidente muito obrigado cumprimento todos os presentes, em relação a esta tomada de posição dizer o seguinte em breves notas, nós sabemos e é um facto que esta questão do hospital tem vindo aqui de forma insistente, e que lamentamos o facto de não estar a correr da maneira mais desejável. Esta tomada de posição foca apenas a questão do edifício, o edifício que não vai só abranger a população do Seixal e acho que esta tomada de posição podia ser um bocadinho mais abrangente, não é só a população de Almada nem Sesimbra acho que é o distrito de Setúbal que devia estar aqui em causa e até a questão institucional, porque até o próprio hospital Garcia de Orta também serve a população de Lisboa e do sul do país. Dizer também que a questão do compromisso está em falta, o Governo e também já aqui foi dito o Governo não quer, tem faltado a esta questão e usa manifestamente este equipamento como uma arma de arremesso perante esta população. Um hospital que garante a saúde pública é também um fator de segurança para as populações e para nós próprios e não é por acaso e foi esse o caso aliás, do que se está a passar com esta pandemia não ter uma estrutura destas ou a falta destas estruturas, vai



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

nt



obviamente alarmar e vai instaurar-se mais insegurança entre as populações e é um direito que nós temos. É um direito e está na lei e está na constituição e isto leva-me a uma questão para além do edifício a outro aspeto, é que temos o edifício, mas sem profissionais ou temos o edifício que os seus profissionais estão a ser convidados para ir para o setor privado pouco ou nada serve e portanto para além do edifício há que evidenciar e há que denunciar aqui que a corrida às parcerias público/privadas nomeadamente como aconteceu recentemente com o hospital em Cascais e com o hospital em Loures reflete um negócio que é a questão da saúde. O Governo do Partido Socialista não está a querer aprovar e fazer avançar a lei de base da saúde, uma lei de bases que basicamente para termos noção reflete lá uma questão muito simples, como é que os hospitais privados se complementam com os hospitais públicos isto não está a ser discutido e estamos a aprovar PPPS para empresários fazerem negócios na saúde e depois ainda há outra questão para além do hospital do Seixal que nós não temos, é quem é que vai responder a uma pandemia desta natureza se vão ser os hospitais privados ou vão ser só os hospitais públicos? E disse muito bem o vereador Marco Fernandes o sistema de saúde pode não estar preparado para esta questão infelizmente já devia estar mais do que preparado para esta questão. Realçar por fim que é importante também mudar a lei dos técnicos de saúde, pensar na exclusividade, mudar as regras para que o futuro hospital do Seixal como acontece ao hospital de Almada, como acontece nos outros hospitais do país os técnicos não saiam ou seja convidados para o setor privado e portanto acho que um ponto sobre esta natureza aqui na tomada de posição era muito importante aliás a tomada de posição reflete apenas a questão física não fala desta questão das pessoas já o disse aqui em outras tomadas de posição faz falta que a questão das pessoas dos técnicos seja reforçada em matéria de trabalho, em matéria de competências mas enfim é uma reivindicação urgente é preciso que este equipamento apareça não só para a população do Seixal, para o distrito de Setúbal e para o País, disse.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, Senhor Presidente duas notas breves, uma é o facto do conjunto muito vasto de entidades que tinha que dar parecer sobre este momento que tinha a ver com os projetos para o hospital, todas elas teriam encontrado no tempo necessário capacidade para responder, e a outra é a estranheza por uma entidade que depende do estado nomeada pelo Governo, com um Presidente, com um Vice-presidente e dois vogais que no essencial o que têm é precisamente que gerir estas situações não terem tido capacidade, nem tempo suficiente para se pronunciarem sobre a matéria. E isto é cada vez mais evidente até pelo incómodo que queria aos senhores eleitos do Partido Socialista, sempre que se fala sobre o adiamento do hospital e sobre o facto de não estar construído, os senhores divagam sobre as diversas matérias e não vão ao essencial, até foram hoje buscar o problema que naturalmente preocupa todos que é um problema internacional pelo mundo inteiro da Organização Mundial de Saúde. Ele faz falta no dia-a-dia neste contexto ainda fazia mais falta pela proximidade e pela capacidade que teria de dar apoio à população do nosso concelho, aliás devo-vos dizer que a vida tem destas coisas e eu desde de sábado todos os dias tenho estado, no Hospital Garcia de Orta e há duas coisas que me têm acontecido durante estes dias, uma é residentes do nosso concelho a virem-me questionar para quando está construído o Hospital no Seixal e portanto ao qual tem muita dificuldade em responder, a não ser é quando o Governo quiser.

**O Senhor Vereador Marco Fernandes**, mas dizer antes ao senhor vereador Joaquim Tavares que essa habilidade de estar sempre a colocar palavras nas bocas das outras pessoas comigo não cola. Quem trouxe aqui à colação o COVID vírus foi o Senhor Presidente da Câmara e fez a mesma relação que eu fiz, ele falou primeiro até antes da tomada de posição eu fiz exatamente a mesma coisa. Também tenho que dar resposta ao senhor vereador Francisco Morais, Portugal devia estar preparado para isto. Mas qual é o país do mundo que está preparado para isto. O problema é mesmo esse, se isto é desconhecido qual é que foi a parte da conversa que o senhor vereador não percebeu. Posto isto, subscrevemos a tomada de posição com uma nota de que não saudamos as comissões de utentes, porque são na realidade instrumentalizadas pelo Partido Comunista Português.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

mt

**A Senhora Vereadora Elisabete Adrião**, cumprimentos todos os presentes, dar aqui primeiro uma nota ali ao senhor Moreno, á pouco não tive oportunidade de intervir e agora só queria dar mesmo uma nota dizer-lhe o seguinte, que o problema de Santa Marta realmente é um flagelo social, e é um problema que o Partido Socialista tem vindo sistematicamente a falar sobre o assunto. Esta autarquia não se tem efetivamente empenhado como devia ser em matéria de habitação social. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido relativamente ao Bairro de Vale de Chicharos é muito pela força das circunstâncias, força da secretaria de estado que quase impôs essa situação. E bem, a autarquia do Seixal concordou e fez de tudo para que agora isso fosse uma realidade, também para Santa Marta o Estado Central também teve um programa, e esse programa foi implementado há 27 anos atrás que é o programa PER que é o Plano Especial de Realojamento, efetivamente Santa Marta existem famílias inscritas que estão há 27 anos à espera de habitação social. E aqui quando se fala de uma situação que de saúde que efetivamente é importante a saúde, mas habitação é o primeiro direito, habitação é realmente o mais importante para que o resto venha a seguir. Agora quando aqui o senhor vereador Joaquim Tavares há pouco disse, relativamente ao hospital que não é uma questão de tempo é uma vontade política é o mesmo que se passa relativamente ao bairro de Santa Marta do Pinhal, tem faltado a vontade política do município para resolver a situação. É incompreensível que tenhamos ainda famílias à espera de realojamento nestes anos todos. O PER aqui na Área Metropolitana de Lisboa, existem 18 municípios cinco não conseguiram concluir o PER o Seixal é um deles e pior, o Município do Seixal foi o que menos fez para realojar as pessoas, não cumpriu com este programa e depois vem reivindicar a obra do Hospital. Foi agora lançado um programa que é o primeiro Direito a par com o programa local de realojamento e já questionei várias vezes a vereadora Manuela Calado sobre a participação do município neste programa e ainda não obtive resposta. E a resposta que o município recebeu é a resposta que nós também temos estado a receber. Acho que deverá ir para a frente com essa associação, é muito importante, porque também no bairro de Vale de Chicharos foi a própria associação que despoletou o processo e levou até o caso à Assembleia da República. Disse que esteve presente e deu apoio. Relativamente a outra questão Senhor Presidente, na reunião não deliberativa de ontem o Senhor Presidente fez referência ao ambiente hostil que existe nas Assembleias Municipais e nesse seguimento eu aproveitei este espaço precisamente para deixar aqui também um apelo dirigido ao Senhor Presidente, ultimamente as Assembleias Municipais têm sido palco de animação e até de chacota principalmente com os vereadores do Partido Socialista. Não pode deixar de manifestar o seu desagrado quanto à postura do Senhor Presidente, ao facto de repreender os vereadores do Partido Socialista até pelo simples facto de sorrir ou dizer uma palavra e o mais interessante é que também a sorrir o Senhor Presidente acaba por em nome do órgão municipal repreender e pedir desculpa à Assembleia Municipal, pela postura dos senhores vereadores. Senhor Presidente sorrisos e palavras mais ou menos azedas todos nós fazemos, aliás todos e quando digo não há aqui ninguém que não tenha cometido tal infração, todos nós já dissemos uma palavra mais ou menos desagradável, e até faz parte do jogo político, agora considera que é abusivo mesmo e desajustado fazer relevância disso, e desajustado na medida que se tem capacidade de pedir desculpa em nome do órgão executivo pelo comportamento dos vereadores do Partido Socialista, pensa que também deverá ter capacidade de defender os vereadores quando são enxovalhados e são e nunca o viu fazer isso. Obviamente que é condenável, quando se ultrapassa os limites do bom senso e da convivência pacífica, mas nesta matéria todos nós somos culpados e portanto acho que é completamente desajustado fazer relevância disso, mais aliás nós até temos assistido várias situações até quase ameaças físicas e por alguém que realmente tem muitas responsabilidades nesta Câmara e portanto acho que deve haver bom senso e por isso apelo ao Senhor Presidente o bom senso e também equidade do tratamento com os vereadores, porque aqui sempre fez distinção há os vereadores de primeira e há os vereadores de segunda e não pode acontecer e o Senhor Presidente faz essa distinção. Mais, os vereadores da oposição são sistematicamente desrespeitados, quer pela falta de informação, quer pela falta de transparência nas informações que são prestadas, e mais, maior parte das vezes não são convidados para as atividades da Câmara, a maior parte das vezes só temos conhecimento através das redes sociais. No sábado passado a Câmara homenageou as trabalhadoras desta autarquia, com um almoço alusivo ao Dia Internacional da Mulher, depois também fez um evento que



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

797  
0

foi publicitado nas redes sociais e dizia que as mulheres deste executivo estiveram presentes no evento, mas não esteve presente. Não esteve presente porque não foi convidada aliás todos os anos sou convidada mas este ano fui preterida. Mas este episódio não é único, é mais um momento infeliz e lamentavelmente recorrente, portanto é importante que o Senhor Presidente da Câmara faça uma reflexão profunda sobre a postura que tem tido e se vai continuar a manter a mesma postura e como sabe comportamentos geram comportamentos. Outra situação, tem a ver também com e os vereadores têm assistido as respostas aos requerimentos apresentados, infelizmente tivemos que recorrer ao CADA para mediar o processo, ainda assim as respostas têm chegado a conta-gotas. Foi solicitado aqui uma informação a 20 de setembro, e cinco meses depois é dada a resposta mas a resposta é incompleta. Mas julga ter que esperar mais cinco meses para uma resposta talvez mais completa. Por coincidência saiu uma lista no expresso, uma lista das escolas com amianto e aqui também referem que efetivamente esta lista está incompleta. Referiu que esteve a fazer uma listagem no distrito de Setúbal e existem, foram identificados 32 estabelecimentos, 14 são do Seixal, 2 é da competência do Ministério da Educação, mas 12 é da competência da Câmara Municipal do Seixal. Mas por exemplo sabe que falta naquela lista uma, EB1 Quinta do Campo que não consta na lista. Pediu esclarecimentos.

**O Senhor Vereador Nuno Moreira**, obrigado Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes, Senhor Presidente esteve também a consultar a documentação referente à escola básica nº1 de Santa Marta do Pinhal o dossier sete, se não lhe falha a memória, no último documento que refere realmente ao documento de vistoria para efeitos de receção provisória e que está lá mencionado que a vistoria da obra constatou-se que os trabalhos não apresentam deficiências de ruína, não se vê inconveniente nenhum em provisoriamente aceitar a obra. A minha pergunta é para quando é que está previsto realmente a vistoria final, entrega final e definitiva afinal.

**O Senhor Vereador Manuel Pires**, obrigado Senhor Presidente, cumprimentos todos os presentes, queria deixar aqui uma informação relativamente rápida, No dia 3 de março de 2020 estivemos presente no ato formal da Constituição da Associação de Municípios do Portugal Romano, como membro fundador com os seguintes Municípios e os seus representantes:

1. Município de Condeixa-a-Nova, representado pelo Presidente da Câmara Municipal Nuno Miguel Martins Rondão moita da Costa;
2. Município de Ansião, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, António José Vicente Domingues;
3. Município de Braga, representado pelo vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira;
4. Município de Oliveira do Hospital, representado pela vereadora Maria da Graça Madeira de Brito da Silva;
5. Município de Penela, representado pelo Presidente da Câmara Municipal Luís Filipe da Silva Lourenço Matias;
6. Município de Santiago do Cacém, representado pelo Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha;
7. Município do Seixal, representado pelo vereador Manuel Pires de Andrade Pereira;
8. Município de Tomar, representado pela Presidente da Câmara Municipal Anabela Gaspar de Freitas;
9. Município da Vidigueira, representado pelo Chefe da Divisão de Administração Municipal Francisco José Caipira Covas.

Após a assinatura da escritura no Cartório Notarial de Condeixa-a-Nova, realizou-se a Primeira Assembleia Geral, para a sua Sessão Ordinária, no Museu PO.R.O.S – Portugal Romano em Sicó, em que se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais, tendo sido aprovados.

Assembleia Geral

Presidente – Município de Ansião;

Vogal - Município de Oliveira do Hospital;

Vogal - Município da Vidigueira;

Conselho Diretivo



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

Presidente - Município de Condeixa-a-Nova  
Órgão Executivo – Município de Braga  
Órgão Executivo - Município de Santiago do Cacém  
Órgão Executivo - Município do Seixal  
Órgão Executivo - Município de Tomar  
Conselho Fiscal  
Presidente - Município de Penela  
Vogal - Município de Ansião  
Vogal - Município de Oliveira do Hospital

**A Senhora Vereadora Maria João Macau**, obrigado Senhor Presidente, em relação às questões das escolas com amianto já tem dito aqui várias vezes assim como na nossa comissão da Assembleia Municipal naquilo que diz respeito à educação, porque a perguntas foram as mesmas. Nós em termos das escolas que são da nossa competência do 1º ciclo e dos jardins-de-infância da rede pública, temos uma situação com fibras com libertação de partículas de amianto de acordo com o estudo que encomendámos ao Instituto de Qualidade e Soldadura, no qual pedimos que fossem analisadas todas as nossas escolas são cerca de 14 escola. São 14 escolas do 1º ciclo que ainda têm fibras de fibrocimento, mas no qual não existe libertação de partículas, porque também têm cobertura associada, portanto não há contacto direto como acontece nas escolas básicas 2, 3, em relação á questão das intervenções, temos um calendário definido, temos que fazê-lo sempre por opção política. Decidimos que o nosso grande objetivo decorrerá sempre no Verão para garantir a segurança dos alunos. Quanto às escolas do 2 e 3 ciclos do ensino básico dizer que estamos a falar de escolas que têm realmente libertação de partículas, e de facto têm que sofrer intervenções.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, muito obrigado Senhor Presidente uma coisa breve relativamente à questão concreta que o senhor vereador Nuno Moreira colocou que tem a ver com o estacionamento nos Serviços Centrais e o estacionamento dos Serviços Operacionais, portanto as condições de estacionamento num e em outro espaço são iguais para todos os trabalhadores, aqui nos Serviços Centrais os trabalhadores têm um parque estacionamento interno, no estacionamento exterior, e numa ou outra situação podem trazer os seus veículos ou no caso de ser em bicicleta ou motas também numa e outra situação e nos Serviços Operacionais é precisamente a mesma coisa, portanto há estacionamento no exterior dos Serviços para todos os trabalhadores, quer se desloquem de carro, quer se desloquem de bicicleta, aliás neste momento até estamos adquirir cobertura para a zona das bicicletas e das motas, criando até melhores condições para quem se desloca nesses veículos, contrariamente a quem se desloca nos carros, mas é só porque ainda não concluímos o processo de aquisição dos Serviços Operacionais, porque logo que se conclua o processo de aquisição dos Serviços Operacionais também está previsto fazer-se uma cobertura para os carros. Referiu que os trabalhadores e os munícipes e quem ali estacionar naquele parque de estacionamento, terão as mesmas condições.

**A Senhora Vereadora Manuela Calado**, obrigado Senhor Presidente, no que diz respeito às questões colocadas pela vereadora Elisabete Adrião, era importante esclarecer algumas dessas questões. E era bom também que quando esta questão da habitação e do realojamento e da habitação social que são colocadas a miúdo nestas reuniões de câmara, elas também tivessem aqui fossem esclarecedoras e o discurso fosse completo, até por mais que esta questão do PER a verdade nunca é dita na sua totalidade. E porque há que esclarecer primeiro nós afirmamos, continuamos afirmar e afirmaremos até que haja transferência de competência da habitação assumida pela câmara que ainda não foi, a habitação compete ao Estado. A construção proporcionara á população uma habitação condigna, agora contido e voltando à questão do PER em 93, houve um programa que se chamava Programa Especial de e Realojamento que era um financiamento do Estado em parceria com os municípios que se associaram, inclusive o Município do Seixal, na construção de habitação social para resolver um problema da altura e que continua em dúvida também não vamos escamotear isso. Em 93 foi feito o recenseamento da população com



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

757

necessidades de habitação e em 98 começou a construção da habitação social ao abrigo deste programa, também é do conhecimento da senhora vereadora que em 2002 acabaram-se os fundos e não houve mais fundos. Não houve mais dinheiro para a construção de qualquer habitação social desde 2002 até agora, até 2017 e assim se passaram 15 anos. A Câmara Municipal quis sempre tentar resolver esta questão e nos diferentes momentos com diferentes diretores no IHRU, com diferentes entidades foi apresentado este programa. E só em 2017 com a nova Secretária de Estado, então fomos apresentar este mesmo projeto que já tínhamos apresentado em outros momentos e que ela considerou que era um projeto muito bom e do qual resultou o primeiro realojamento de Vale de Chicharos. Portanto dizer que foi por imposição, a história está mal contada, e a história tem que ser contada como deve ser e portanto a história contada é assim, em 1998 iniciou-se a construção do bairro social da Cucena ao abrigo do PER, Cucena e Fogueteiro, em 2002, terminou o financiamento entre 2015 e 2017 não houve nenhum cêntimo para a construção do que quer que fosse e nem se quer para aquilo que é da competência do estado no que diz respeito ao seu edificado. E portanto agora se estamos numa fase de transferência de competências ou o quer que seja da habitação para os municípios, também era importante que o IHRU enquanto responsável também soubesse aquilo que tem nos seus diferentes territórios, porque não sabe e recorda à senhora vereadora que diz que o município do Seixal foi aquele que menos cumpriu no que diz respeito ao programa PER. Recordou à senhora vereadora que em 2017 foi feito o levantamento das necessidades de habitação a nível nacional pelo IHRU e que o Município do Seixal comparado com outros da Área Metropolitana de Lisboa, apesar de termos um grande caminho a percorrer, estamos menos mal no que diz respeito à habitação social. Há municípios que têm muito mais necessidade do que o nosso concelho, isto deixa-nos satisfeitos? Pois claro que não nos deixa, nós queremos encontrar a solução, agora a solução não passa pelo município, e a senhora vereadora sabe muito bem do que é que nós estamos a falar quer no investimento que é necessário fazer não é o Município do Seixal que competirá que tem essa competência para fazer esse investimento, tem que haver aqui outras medidas e já que falou no Primeiro Direito é verdade, as novas geração de políticas de habitação implementadas no final de 2017/2018 por esta secretaria de estado prevê isso, prevê o Primeiro Direito e prevê um conjunto de outros incentivos desde do arrendamento acessível um conjunto de outros incentivos, no que diz respeito à habitação. É verdade, estamos a fazer a nossa estratégia local de habitação, estamos a fazer o nosso Plano Municipal de Habitação, mas também como deve calcular isto não se faz hoje e amanhã está pronto, há aqui um conjunto de áreas bastante grande de necessidades e portanto têm que ser todas contempladas e é nesse processo que estamos, sempre em prol da população e para o serviço público.

**O Senhor Vereador Francisco Morais**, Senhor Presidente muito obrigado, o vereador Nuno Moreira, levantou aqui uma questão que me toca também muito particularmente, eu uso a bicicleta como mobilidade e falou aqui da questão dos edifícios da Câmara e queria que eventualmente o senhor vereador Joaquim Tavares ou o Senhor Presidente pudesse esclarecer essa situação. Eu de facto assisto, não é verdade que haja igualdade no tratamento de quem se descola dos munícipes e dos funcionários que se deslocam para os Serviços Centrais não tem as mesmas condições para quem se desloca de bicicleta para os Serviços Operacionais e não é porquê. Porque logo à partida que se desloca para este edifício onde nós estamos o material que é usado neste caso a bicicleta goza de uma proteção de estacionamento de um porteiro mesmo sendo o estacionamento público não é? Digamos assim está abrigado da chuva, é material sensível enfim este edifício goza efetivamente um incentivo à descarbonização e à mobilidade evidente, nos edifícios operacionais não é bem a mesma coisa eu ainda não tive oportunidade de me deslocar para lá de bicicleta, mas consigo observar que deixar a minha bicicleta na rua que é onde ele está, é na rua não é um incentivo à mobilidade, como disse é material sensível, é material facilmente que se pode furtar com muita facilidade um banco alguns acessórios e não incentiva independentemente daquilo que disse e disse muito bem com certeza de haver um toldo na via pública que proteja enfim das condições climáticas esse material, não é a mesma coisa do que deixá-la dentro das instalações. O argumento que aqui evocou e daí o meu pedido de esclarecimento o facto de estarmos a adquirir o edifício dos Serviços Operacionais como condição de uma futuram foi assim que eu interpretei de futura alterações de regras de usar as



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

bicicletas lá dentro, devo dizer que no Edifício Central também não era nosso até há dois anos atrás e já as bicicletas podiam cá entrar e já havia essa dinâmica e portanto é um esclarecimento que peço para saber no apelo à mobilidade, no apelo à segurança para que haja mais descarbonização e como alternativa de transporte se de facto nos Serviços Operacionais poderá ser possível alterando regras ou regulamentos incentivar e ter com mais segurança e o resguardo desses equipamentos dentro desse edifício, obrigado.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares** o que disse foi que o tratamento para os trabalhadores é igual para aqueles que utilizam a bicicleta e para aqueles que usam os carros, num edifício e no outro. No edifício dos Serviços Centrais há estacionamento coberto para os que trazem carro e para os que trazem bicicleta ou mota, no edifício dos Serviços Operacionais, não o estacionamento é todo ao ar livre para os que trazem carro, para os que trazem bicicleta ou mota ou outro meio de transporte que queiram utilizar, mas é igual para todos foi isso que eu disse. E depois disse que se estava a adquirir e que se vai instalar cobertura para a zona das bicicletas e das motas, mas mantendo o mesmo molde aliás, como o senhor vereador sabe até porque também é trabalhador e teve nessa área há um regulamento e é cumprindo esse regulamento que temos que atuar e portanto estas é que são as questões neste momento que estão colocadas e dirigem-se para os Serviços Operacionais ao longo destes anos muitos trabalhadores que se deslocam em bicicleta e que se deslocam de mota, sempre assim foi aliás essa reivindicação da cobertura desses espaços tem vindo a ser colocada principalmente pela Comissão Sindical e havia este compromisso do executivo de dar resposta, temos estado a trabalhar nisso e estamos agora já em fase de adjudicação penso que ainda durante o mês de abril serão colocados esses abrigos.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que em relação à habitação social, o Senhor Primeiro-Ministro proferiu que gostaria no quinquagésimo aniversário do 25 de Abril de erradicar completamente aquilo que são as necessidades de habitação social no país, e ao dizer isto coloca um objetivo muito sério ao Estado Português, que é o primeiro responsável pela garantia da habitação social em Portugal. Diz a Constituição da República e também o Primeiro-Ministro, que o Governo está a tomar medidas para que as 25 mil famílias identificadas no país com necessidades de realojamento social consigam ver esse direito satisfeito. Foi o Primeiro-Ministro que disse, não foi o Presidente da Câmara Municipal do Seixal. E de facto se repararmos, as necessidades do Município face a esta dimensão de 25 mil famílias verificamos que o Município apesar de ter expressão e de ser uma matéria de extrema importância, mas em dimensão estamos muito longe de outros concelhos, como aqui bem próximo de nós. Por isso, esta ideia de que compete apenas e só ao Município resolver o problema de habitação social ou aos municípios não é verdadeira e é desmentida todos os dias pela ação de um governo que tem um Primeiro-Ministro que afirma que quer concluir o processo de realojamento a nível nacional em 2024, e todos os dias a Secretaria de Estado da Habitação e do IHRU que tem essas competências não as executa. Os Municípios têm uma palavra a dizer e devem ter uma palavra a dizer, não é como o aeroporto do Montijo, querem fazer o aeroporto sem ouvir os Municípios. Sobre todas as matérias que tem a ver com as comunidades locais os Municípios têm que ser chamados. Por isso, Vale de Chicharos neste momento é a nossa prioridade e será com certeza a seguir Santa Marta. Referiu acerca de 4 meses esteve com a senhora vereadora a inaugurar o novo centro comunitário, que já agora foi a Câmara Municipal do Seixal que o pagou integralmente à Santa Casa da Misericórdia, que serve a comunidade, as crianças e os jovens de Santa Marta do Pinhal. Foi a Câmara Municipal que custeou aquele novo equipamento, para que a Santa Casa da Misericórdia, possa acompanhar e dar a resposta social às pessoas. Deu nota que de facto essa responsabilidade não era da Câmara Municipal do Seixal, mas sim da Segurança Social.

Depois sobre requerimentos, fico feliz da senhora vereadora já reconhecer que a Câmara Municipal do Seixal já responde aos requerimentos, apesar da mesma entender que estão incompletos. Sobre o funcionamento da Assembleia Municipal, entende que este órgão não é o indicado para discutir o funcionamento de outros órgãos e por isso não irá tecer mais nenhum comentário sobre a matéria. Felicitou o vereador Manuel Pires, o vereador do Património Cultural pela recente adesão a esta Associação Portugal Romano, desde logo com a Vice-presidência que nos foi atribuída para esta



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

associação, porque na verdade o Seixal tem um monumento nacional que é a Olaria Romana do Brasileiro Rouxinol, que é um conjunto arqueológico de enorme importância. Deu nota de que estamos agora com um projeto para a sua requalificação, esta adesão é mais um passo para podermos partilhar um caminho da nossa cultura ancestral.

### III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Neste período foram apreciados os seguintes assuntos, constantes no Edital nº 054/2020, e arquivados em pasta anexa à presente Ata.

#### 1. INFORMAÇÕES

- **Informação nº 53/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Desenvolvimento Estratégico referente ao ano 2019.
- **Informação nº 54/2020** – Relatório de despachos proferidos, pela Senhora Vereadora Manuela Calado, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho nº 2074-PCM/2017 datado de 6 de setembro, entre o período de 01 a 29 de fevereiro.
- **Informação nº 55/2020** – Relatório de atividade do Departamento de Participação, Atendimento e Tecnologias, nas seguintes unidades orgânicas, Divisão de Administração e Atendimento e Tecnologias, referente ao mês de outubro de 2019.
- **Informação nº 56/2020** – Relatório de atividade do Departamento de Participação, Atendimento e Tecnologias, nas seguintes unidades orgânicas, Divisão de Administração e Atendimento e Tecnologias, referente ao mês de novembro de 2019.
- **Informação nº 57/2020** – Relatório de atividade do Departamento de Participação, Atendimento e Tecnologias, nas seguintes unidades orgânicas, Divisão de Administração e Atendimento e Tecnologias, referente ao mês de dezembro de 2019.
- **Informação nº 58/2020** – Relatório de atividades do Departamento de Participação, Atendimento e Tecnologias, referente ao 4º trimestre de 2019.
- **Informação nº 59/2020** – Relação de despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Carlos Marques Gomes, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho nº 2411-PCM/2017 datado de 30 de

outubro, entre o período de 01 a 29 de fevereiro.

➤ **Informação nº 60/2020** – Relação de despachos proferidos, pela Senhora Diretora do Departamento do Desporto, Dra. Isabel Costa, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrentes do despacho nº 2074-PCM/2019 datado de 6 de setembro, informa sobre os despachos proferidos entre o período de 01 a 29 de fevereiro.

➤ **Informação nº 61/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao ano de 2019.

➤ **Informação nº 62/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao mês de setembro de 2019.

➤ **Informação nº 63/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao mês de outubro de 2019.

➤ **Informação nº 64/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao mês de novembro de 2019.

➤ **Informação nº 65/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao mês de dezembro de 2019.

➤ **Informação nº 66/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao 3º trimestre de 2019.

➤ **Informação nº 67/2020** – Relatório de atividades da Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao 4º trimestre de 2019.

➤ **Informação nº 68/2020** – Relatório de execução – Programa de ASE – ano letivo 2018/2019.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

### **2. Deliberação nº 034/2020 – CMS – ATA DA REUNIÃO AORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020. (ATA Nº 04/2020). APROVAÇÃO.**

O Senhor Presidente da Câmara, submeteu à aprovação a Ata da reunião ordinária de 26 de fevereiro de 2020, com dispensa de leitura, em virtude do respetivo texto ter sido previamente distribuído por todos os presentes, nos termos do disposto no art.º 4º do Dec. Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 035/2020 – CMS – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE FERNÃO FERRO. CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS. CONTRATO PROGRAMA E COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.**

Proposta:

Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania

“Considerando que:

- O peso da população idosa, de acordo com os Censos de 2011 que residiam no Município do Seixal com 65 ou mais anos era de 15.44%, destes cerca de 39.7% tinham mais de 75 anos;
- A população idosa é um dos segmentos mais vulneráveis à pobreza;
- O valor médio das pensões da Segurança Social no Seixal era, em 2018, €479,56;
- A importância estratégica das instituições particulares de solidariedade social na consolidação da coesão social do Município, a Câmara Municipal tem vindo a apoiar o investimento na cedência de terrenos, equipamentos e financiamento para a realização de obras de requalificação e ampliação dos equipamentos existentes e outros de âmbito técnico e material, nomeadamente, isenção de taxas de Edificação e Urbanização, elaboração de projetos de arquitetura e realização de obras através dos serviços municipais;
- A Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro foi constituída a 8 de maio de 1991 e que desde 2001 desenvolve respostas sociais com acordo de cooperação com a Segurança Social;
- Encontra-se instalada em imóvel da propriedade municipal, cedido em contrato de comodato e dinamiza um conjunto de respostas diversificadas que vão desde o fornecimento de refeições, serviço de lavandaria, higiene pessoa e habitacional, atividades socioculturais e desportivas, contribuindo para a dinâmica social e económica local, constituindo-se como entidade empregadora e cliente do comércio local e serviços;
- A Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro apresentou à Câmara Municipal do Seixal a proposta de implementar uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas em Fernão Ferro e que para este efeito a Câmara Municipal do Seixal procedeu à cedência em direito de superfície do terreno municipal com cerca de 4950.80 m<sup>2</sup>, para a capacidade de 63 camas e serviço de apoio domiciliário para 40 utentes, cuja construção orça no valor estimado em € 2.300.830,00 + IVA, que se constitui como resposta social importante e única às necessidades das pessoas idosas. Propõe-se, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art. 33º do anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), para apoio ao início da construção do equipamento, a formalizar mediante a celebração de contrato programa de desenvolvimento social.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro da Cultura, Participação, Habitação, Juventude e Desenvolvimento Social  
Maria Manuela Palmeiro Calado.”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

nt  
Q

**A Senhora Vereadora Manuela Calado**, sobre estes dois pontos eu gostaria de dizer o seguinte, no que diz respeito ao primeiro que tem a ver com a comparticipação financeira para a Construção de estrutura residencial para idosos da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro no qual foi no dia 29 o lançamento da primeira pedra, disse que reafirmou mais uma vez que esta Câmara Municipal em parceria com as associações está sempre no encontrar da solução e esta é mais uma delas. Este investimento que esta primeira tranche que agora estamos a ceder portanto a compartilhar faz parte de um bolo grande cerca de um milhão de euros que a Câmara Municipal irá disponibilizar para a construção do lar em Fernão Ferro. Isto é demonstrativo que em parceria com as nossas instituições, estamos sempre na linha da frente, sempre lado a lado com elas para encontrar a solução e também muitas das vezes sobrepondo-nos à frente daquilo que são as competências do estado e agora podem dizer "mas vem o programa PARES", é verdade o programa PARES do qual esperamos que a segunda fase seja contemplada a construção deste equipamento. No que diz respeito ao ponto 4 que é um projeto de parceria com a AMUCIP e com o MDM, vem na linha daquilo que é o nosso plano de integração das comunidades ciganas e portanto é uma parceria que visa capacitar as mulheres ciganas e depois dar-lhes uma oportunidade de que muitas das vezes não lhes é dada, e também irá permitir que seja colocada em algumas escolas no nosso concelho, aquilo que chamamos as mediadoras para também elas poderem ajudar esta comunidade, principalmente as meninas que querem continuar o seu percurso escolar e que muitas das vezes vêm-se aqui limitadas por questões culturais ou outras no seu percurso académico.

**O Senhor Vereador Marco Fernandes**, na candidatura ao FAPE há aqui uma referência a dizer que o Senhor Presidente tem que assinar até ao dia 8 de março? Hoje é dia 11 é que a candidatura é até ao dia 9, presumo que seja de 2020 não é? Ou seja isto é uma ratificação? Obrigado.

**A Senhora Vereadora Manuela Calado**, essa questão foi-nos colocada aquilo, o que dissemos é que este processo é trazido hoje a reunião de câmara a candidatura foi submetida, em sede depois de avaliação da candidatura podemos remeter os documentos que estarão em falta.

**4.Deliberação n.º 036/2020 – CMS – CANDIDATURA AO FAPE (FUNDO DE APOIO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS). AMUCIP – PROJETO ROMANO ATMO EM AÇÃO E MDM – PROJETO “EMPODERAR: POR UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA CONSTRUÍDA COM AS MULHERES CIGANAS”. APROVAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PARCERIA.**

Proposta:

Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania

“Considerando,

- A importância do trabalho desenvolvido pela Associação para o desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP), junto da comunidade cigana residente no Município do Seixal;
- A aprovação do Plano Local para a Integração da Comunidade Cigana 2019/25, aprovado em Sessão de Câmara do dia 28 de agosto de 2019, interligado com o Plano Municipal para a Igualdade de Género e Oportunidades do Seixal;
- A importância da promoção do diálogo intercultural através do aprofundamento do conhecimento das diversas comunidades culturais;
- A importância da continuidade de um trabalho junto desta comunidade, favorecendo progressiva integração da comunidade;
- A importância de conceder apoio para a concretização de projetos financiados pelo Fundo de Apoio à Estratégia Nacional das Comunidades Ciganas (FAPE), através do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), que pretende criar oportunidades para a concretização de medidas que visem a integração das comunidades, permitindo candidaturas a atividades a desenvolver num espaço temporal até 18 meses e que se destinam apenas a entidades da sociedade civil;



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

- Atendendo a que não existem outras linhas de financiamento previstas para as autarquias no apoio aos seus Planos Locais de Integração da Comunidade Cigana, e que estes projetos poderão constituir-se como mais-valia à operacionalização dos Planos Locais;

Proponho a adesão da Câmara Municipal do Seixal ao Projeto "Romano Atmo em Ação" Entidade promotora AMUCIP e ao Projeto "Empoderar: por uma educação contextualizada construída com as mulheres ciganas" Entidade Promotora MDM, conforme proposta anexa da Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Documentos anexos a esta proposta:

- Proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Cidadania – 2020.03.04 – anexo n.º 056/2020.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro da Cultura, Participação, Habitação, Juventude e Desenvolvimento Social  
Maria Manuela Palmeiro Calado."

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

### **5. Deliberação nº 037/2020 – CMS – AGÊNCIA MUNICIPAL DE ENERGIA DO SEIXAL. CONTRATO PROGRAMA E COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.**

Proposta:

Pelouro Ambiente, Bem-Estar Animal, Serviços Urbanos e Civil

"A Agência Municipal de Energia do Seixal - AMESEIXAL é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivos contribuir para a utilização racional de energia, melhoria da eficiência energética e aproveitamento máximo dos recursos energéticos.

No âmbito da constituição da AMESEIXAL encontra-se prevista, para a prossecução do seu objeto social, uma comparticipação financeira do orçamento da Câmara Municipal do Seixal, no montante de € 30.000 (trinta mil euros), a atribuir de acordo com o contrato programa em anexo.

Trata-se de apoio de interesse para o município, nos termos da alínea u) do nº 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que alterou a Lei nº 169/99, de 18 de setembro, como se constata no Relatório final do Contrato Programa 2019, em anexo, para conhecimento da Câmara Municipal do Seixal.

Nestes termos, proponho a aprovação do contrato-programa a celebrar com a Agência Municipal de Energia do Seixal - AMESEIXAL, com efeitos para o ano de 2020.

O presente encargo está previsto nas GOP's de 2020 (GOP-03 001 2020/5590) e cabimentado conforme informação anexa.

Documentos anexos a esta proposta:

- Contrato-programa – anexo nº 037/2020
- Informação de compromisso nº 49270/2020 – anexo nº 038/2020

O Proponente

O Vereador do Pelouro do Ambiente, Bem-Estar Animal, Serviços Urbanos e Proteção Civil  
Joaquim Carlos Coelho Tavares"

Submetida a votação foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, é o protocolo com a Agência Municipal de Energia contrato programa, que vem todos os anos à câmara, mantém-se o valor da comparticipação 30 mil euros.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

mt  
Q

**O Senhor Vereador Nuno Moreira**, claro que é bastante agradável quando sabemos e vemos e temos a informação de que o Município do Seixal até está dentro de um grupo de 14 municípios portugueses que no final do ano passado mais propriamente em novembro até se fez uma visita oficial à feira das Smart City Expo World Congress, onde o vereador Joaquim Tavares inclusivamente aparece numa fotografia. Aqui tudo mencionado nas smart cities, mas muito sinceramente e pegando aqui no relatório que aqui vem questionou, na ação nº B8 continua mencionado como relatório do ano comboio elétrico em energia renovável. Pensa que já podia estar mencionado essa alteração também para a parte dos mini autocarros. Depois pensa que os 30 mil euros para uma Agência Municipal de Energia como é esta do Seixal falta-lhe aqui qualquer coisa, é assim falta-lhe se calhar a ambição de fazer mais, uma agência de energia em plena século XXI já na terceira década deste século eu pergunto se com 30 mil euros, está bem todos os concursos em que se tenta ir de certa forma incentivar através de algumas verbas que vêm para o concelho através de projetos que se vão desenvolvendo, *mas quando* eu pego num processo deste em que menciona 30 mil euros e andamos constantemente durante o ano todo quase que a participar a financiar outros projetos que se calhar podiam ter menos ou mais, mas este se calhar acho eu que podia dar muito mais até para o próprio Município para o próprio concelho.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, dar nota naturalmente que as críticas são legítimas e naturalmente comprometem quem as faz, quem as evoca o que é que me apraz registar sobre esta matéria e naturalmente sobre essa informação mas vai ficar com ela. Nós tivemos muitos anos participações para a Agência de Energia não ordem dos 70 mil euros e chegamos a ter um ano com 105 mil euros de participação, nos últimos anos temos mantido esta participação de 30 mil euros, mantendo a atividade da agência e dando resposta às questões que são fundamentais e também se podem contabilizar para além que a agência possui um veículo elétrico, não é só o Presidente o Presidente da Agência às vezes também anda no veículo elétrico, mas todos os trabalhadores da agência na sua sempre que se podem deslocar aqui na Área Metropolitana fazem no veículo da própria agência que é um veículo elétrico. Dar nota da iniciativa que até tem essa particularidade de envolver as escolas e nós dinamizamos a partir da agência a candidatura e a câmara depois aderiu que foi destinado às 36 escolas que são propriedade do Município onde mudamos todas as luminárias existentes portanto são 7.271 luminárias todas elas LED, foram através deste programa que a agência participou e que foram substituídas estando hoje todas as escolas equipadas com luminárias LED. Essas luminárias tinham um preço unitário de 11 euros foram comprados por € 3.50 teria um custo global de 77 mil euros a câmara investiu 25 mil nelas e produzem uma economia financeira na ordem de 44 mil euros por ano, só esta iniciativa justificava a participação que damos para agência, mas portanto não se esgota nestas questões e é muito mais vasto que isto e há coisas que se vão fazendo sobre as quais os resultados vão aparecer mais adiante porque há trabalho técnico de acompanhamento até de alguns projetos. Há iniciativas de municípios que apresentam digamos assim para poderem se candidatar apoios comunitários nestas áreas da eficiência energética e também da sustentabilidade que uns têm pernas para andar outros não, mas a agência faz esse trabalho ou seja acompanha também essas pessoas procura com elas ajudá-las a ver se os projetos têm credibilidade do ponto de vista académico e portanto junto dos estabelecimentos de ensino das universidades do Politécnico tentar levar essas questões por diante e há um aspeto muito interessante na vida da agência que é a ligação que a agência tem com países de toda a Europa e com agências todas por toda a Europa somos convidados para muitos mais projetos do que aqueles em que participamos. Nós temos algum prestígio no plano das Agências Municipais de Energia, mas também no plano internacional a agência é convidada para muitos projetos não vamos a todos porque não temos capacidade técnica para ir a todos, vamos aqueles que também correspondem mais aquilo que são as nossas necessidades e que podem trazer proveitos para o nosso município para a nossa população mas não deixa de ser interessante, mas já agora queria vos dar nota que participámos recentemente numa reunião das agências de energia do país para discutir o financiamento das agências de energia sendo que várias delas atravessam dificuldades de se manterem, conseguirem subsistirem aliás a de Almada que tem um subsídio anual muito maior que o nosso para exemplificar está em vias de fechar porque a câmara decidiu que não



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

estava disponível para dar esse tipo de apoio, e nessa mesma reunião havendo vários modelos daquilo que é o financiamento nós não ficámos mal na fotografia antes pelo contrário um reconhecimento de uma agência com este tipo de apoio só do Município com a atividade que tem é louvável o esforço que é feito para manter esta agência a funcionar e conseguir os resultados que temos conseguido e portanto naturalmente que poderão haver sempre ideias que é possível fazer melhor fazer mais, mas não gostaria que se desvalorizasse o muito que se faz nas circunstâncias e condições em que o fazemos, disse Senhor Presidente.

### **6. Deliberação nº 038/2020 – CMS – PROCESSO DISCIPLINAR Nº 29/2018. RELATÓRIO E DECISÃO FINAL.**

Proposta:

Departamento de Recursos Humanos

"Por Despacho datado de 24 de setembro de 2018 foi instaurado processo disciplinar ao trabalhador Nuno Miguel da Silva Serafim, por violação do dever geral de zelo.

Findo o Processo a instrutora elaborou o respetivo relatório final, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, onde propõe a aplicação ao trabalhador Nuno Miguel da Silva Serafim da sanção disciplinar de multa, nos termos dos artigos 180º, nº 1, alínea a), 181º, nº 1, 182º, nº 1 e 185º, alínea a), todos da lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Apreciado o processo, bem como o relatório final, junto a folhas 65 a 71 dos autos de processo disciplinar e, com ele concordando, adiro ao mesmo, pelo que, nos termos do nº 4 do artigo 197º da lei Geral do Trabalho em Funções Públicas se submete à apreciação da Câmara Municipal a proposta de aplicação ao trabalhador Nuno Miguel da Silva Serafim, da sanção disciplinar de multa, correspondente a duas remunerações base diárias por violação do dever geral de zelo.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro da Educação, Urbanismo e Recursos Humanos  
Maria João Varela Macau"

Submetida a votação, foi a proposta aprovada em minuta através de escrutínio secreto, com cinco votos a favor, dois votos contra e um voto em branco, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**A Senhora Vereadora Maria João Macau**, em relação a estes pontos ontem na nossa reunião houve aqui algumas dúvidas a propósito que estes dois processos disciplinares podiam estar prescritos, hoje mesmo confirmei junto da jurista de que eles estão ao abrigo da Lei nº 35/2014 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas de acordo com o artigo 178º a prescrição é mesmo 18 meses e portanto uma vez que os processos respetivamente só vão prescrever exatamente nas datas de 24 e 25 de março.

**O Senhor Vereador Marco Fernandes**, pediu esclarecimentos sobre a contagem dos prazos.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que do enquadramento jurídico realizado quer pelos recursos humanos que sustenta esta deliberação, quer a área jurídica que dá apoio aos Órgãos Autárquicos resulta a plena certeza e convicção das datas apresentadas e já explicadas ao Senhor vereador. No entanto a senhora vereadora continuará a apurar esta matéria até para desfazer qualquer dúvida, no entanto se o senhor vereador decidir não votar está perfeitamente no seu direito.

### **7. Deliberação nº 039/2020 – CMS – PROCESSO DISCIPLINAR Nº 31/2018. RELATÓRIO E DECISÃO FINAL.**



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata nº 05/2020  
Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

Proposta:  
Departamento de Recursos Humanos

747  
!

“Por Despacho de 25 de setembro de 2018, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, foi instaurado processo disciplinar ao trabalhador Luís Carlos Rodrigues Lopes.

Findo o processo, a instrutora elaborou o Relatório Final, junto a folhas 94 a 103 do processo disciplinar, supra identificado, que aqui se dá por integralmente reproduzido, onde propõe a aplicação da sanção de suspensão, prevista nos artigos 180º, nº 1, alínea c), 181º, nº 3 e 4, 182º, nº 2 e 186º alínea m), todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Apreciado o processo, bem como o relatório final e, com ele concordando, adiro ao mesmo, pelo que, nos termos do nº 4 do artigo 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas se submete à apreciação da Câmara Municipal a proposta de aplicação ao trabalhador Luís Carlos Rodrigues Lopes da sanção disciplinar de 20 dias de suspensão, com execução suspensa por 2 anos, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 192º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

O Proponente  
A Vereadora do Pelouro da Educação, Urbanismo e Recursos Humanos  
Maria João Varela Macau”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada em minuta através de escrutínio secreto, com cinco votos a favor, um voto contra, um voto em branco e um voto nulo, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**\*Supra intervenções da Senhora vereadora Maria João Macau, do Senhor Vereador Marco Fernandes e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.**

**8. Deliberação nº 040 – CMS – APOIO À IMPRENSA E RÁDIO ESCOLAR. ADENDA. CONTRATO PROGRAMA E COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.**

Proposta:  
Departamento Educação

“Considerando o previsto na alínea u) n.o 1, artigo 33º do anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como a informação do Gabinete de Projetos Educativos n.º 73472 de 05 de dezembro de 2019, em anexo, proponho, uma adenda a Deliberação 384/2019, de 2019.12.18, para atribuição de Participação Financeira no montante global de 1.000,00€ (mil euros) para apoio de 2 projetos, ações e atividades no âmbito do Programa de Apoio a Projetos e Atividades Escolares do PEM 2019/2020, a descentralizar nos termos propostos nos Contratos-Programa para o agrupamento de escolas e escola secundária a que dizem respeito, para desenvolvimento pelas escolas, dos projetos de imprensa e rádio escolar propostas pelos mesmos à Câmara Municipal do Seixal, no decurso do ano letivo 2019/2020. Mais se propõe, a aprovação dos contratos -programa em anexo.

Documentos anexos a esta proposta:

- Anexo II – Adenda – anexo nº 059/2020
- Anexo I – Adenda – anexo nº 060/2020
- Proposta do GPED – anexo nº 061/2020
- Informação de compromisso nº 49302/2020 – anexo nº 062/2020
- Informação de compromisso nº 49303/2020 – anexo nº 063/2020

O Proponente  
A Vereadora do Pelouro da Educação, Urbanismo e Recursos Humanos  
Maria João Varela Macau”



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 05/2020

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 11 de março de 2020

Submetida a votação foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

O Presidente deu por encerrados os trabalhos pelas 17 horas e 40 minutos do dia 11 de março de 2020.

Nos termos do art.º 5º do Dec-Lei n.º 45362 de 21 de novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Dec-Lei n.º 334/82 de 19 de agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente Ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para o efeito do disposto do art. 57º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que alterou a Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, vigorando com as alterações da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

  
O Presidente da Câmara Municipal

---

**Joaquim Cesário Cardador dos Santos.**

O Secretário



---

**João Manuel de Sousa Coutinho.**

**Elaboração da Ata:**

**Coordenação geral e Secretário da Câmara Municipal**

João Manuel de Sousa Coutinho

**Apoio Administrativo**

Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim

Lídia Maria Andrade Rodrigues

Carla Maria Ribeiro Dias



## Câmara Municipal do Seixal

### ÍNDICE

22+

TERMO DE ABERTURA .....	- 01
PERÍODO PARA A INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO .....	- 01
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA .....	- 03
PERÍODO DA ORDEM DO DIA .....	- 14
PRESIDÊNCIA .....	- 15
CULTURA, PARTICIPAÇÃO, HABITAÇÃO, JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	- 16
AMBIENTE, BEM-ESTAR ANIMAL, SERVIÇOS URBANOS E PROTEÇÃO CIVIL .....	- 17
EDUCAÇÃO, URBANISMO E RECURSOS HUMANOS .....	- 19
TERMO DE ENCERRAMENTO .....	- 21

.../...